ESTADO DE MATO GROSSO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE/MT

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE – CORREGEDORIA

FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA № 1.381

SIGLA DO ÓRGÃO: **SETAS** NOME DO ÓRGÃO: **SECRETARIA DE ESTADO DE**

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME DO CONSULTANTE: MAURO CESAR SOUZA CARGO DO CONSULTANTE: NÃO INFORMADO

TELEFONE: NÃO INFORMADO EMAIL: maurosouza@setas.mt.gov.br

DADOS DA CONSULTA

DATA: 25/07/2013 Unidade/Subsistema: Contabilidade/Financeiro/Patrimônio

"Boa tarde.

Solicito esclarecimento e orientação sobre o Decreto nº 2.101, art 1º § 5 que diz: sempre que o servidor se enquadrar em mais de uma alínea do anexo I, prevalecerá a diária de maior valor.

A OT.048/2009 em sua pagina 5 diz que: "É importante frisar que se o Conselheiro (Governamental) pertencer a alguma carreira do Estado deve ser aplicada a regra correspondente ao enquadramento do servidor no anexo I do Decreto 2.101, ainda que a viagem seja na função de conselheiro".

O conflito provocado pela orientação em relação ao Decreto ocorre quando esse servidor está enquadrado com "demais servidores" e exerce a função pública relevante de conselheiro estadual governamental.

Aguardo orientação, sou Ordenador de Despesas do FIA."

ORIENTAÇÃO FORNECIDA

No tocante ao questionamento temos a esclarecer que:

1) A manifestação realizada pela AGE/MT por meio da O.T. 48/2009, no tocante aos conselheiros se fundamenta na Resolução de Consulta 46/2010 do TCE e no artigo 2º do Decreto Estadual nº 2.101/2009, onde constam:

"É possível a concessão de diárias a conselheiros tutelares, para a realização de

ESTADO DE MATO GROSSO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE/MT

OUVIDORIA - AUDITORIA - CONTROLE - CORREGEDORIA

serviços públicos relevantes, **mediante lei e regulamento de cada ente**, que estabeleçam os procedimentos a serem adotados para solicitação, autorização, concessão, prestação de contas e definição de valores." (Grifamos)

"Art. 2º Os colaboradores eventuais, partícipe de termo de cooperação ou instrumento equivalente, e os conselheiros, formalmente nomeados e não pertencentes ao quadro de pessoal das carreiras do Estado, quando já haja previsão de concessão de diárias em lei, receberão diárias correspondentes ao valor estabelecido na alínea "c" do Anexo I deste decreto." (Grifamos)

Verifica-se do acima exposto que o Decreto nº 2.101/ 2009 regulamentou o pagamento de diárias a conselheiros não pertencentes ao quadro permanente de servidores do Estado, uma vez que aos conselheiros pertencentes a alguma carreira estadual já se aplicava a regra correspondente ao enquadramento do servidor no Anexo do Decreto de Diárias.

2) Sendo este Conselheiro pertencente ao quadro de carreira do Estado, ao mesmo cabe a previsão contida no artigo 1º, § 5º do Decreto 2.101/2009.

É a orientação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decreto Estadual 2.101/2009. Orientação Técnica 48/2009. Decreto Federal 5.992/2006. Resolução de Consulta 46/2010 TCE/MT.

RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA/CARGO/FUNÇÃO:

Emerson Alves Soares - Auditor do Estado